

O método dialético na pesquisa em extensão popular: subsídios teórico-metodológicos à produção do conhecimento

Renan Soares de Araújo*

Resumo

Este ensaio objetiva subsidiar – com elementos conceituais e teórico-metodológicos da perspectiva materialista histórico-dialética – aqueles/as que atuam no desenvolvimento de atividades extensionistas e/ou realizam investigações sobre a extensão, à medida que, paulatinamente, se observa o crescimento do interesse na realização de investigações que possuem a extensão como temática de estudo, evocando, muitas dessas, a abordagem dialética como método. Embora, na atualidade, a referência ao uso da dialética na realização de pesquisas científicas venha se mantendo cada vez mais expressivo, denotam-se certas simplificações de seu entendimento e de sua aplicação, o que indica a necessidade continuada de qualificação dos/as pesquisadores/as sobre os aspectos teórico-metodológicos da prática científica, na perspectiva de seu metódico, rigoroso, coeso e coerente desenvolvimento. Desse modo, inicialmente, esboçamos algumas considerações introdutórias sobre a gênese e o desenrolar da concepção materialista histórico-dialética no pensamento marxiano. Em seguida, focalizamos questões acerca do método, destacando princípios, conceitos e categorias considerados como centrais à sua compreensão e operação. Por último, dedicamo-nos a traçar algumas considerações sinópticas acerca da consecução do presente artigo. Com isso, espera-se contribuir para o adensamento crítico-reflexivo sobre a extensão como campo permeado por divergências, conflitos e disputas político-ideológicas, bem como trabalho social que contribui na formação de sujeitos, na construção de conhecimentos, no estabelecimento de relações e práticas sociais e institucionais, que, dentro dos seus limites e potencialidades, podem estar voltadas para a manutenção do *status quo* ou até mesmo direcionadas para influenciar na construção emancipatória de uma outra sociedade.

Palavras-chave: extensão popular; metodologia científica; método dialético.

The dialectical method in popular extension research: theoretical and methodological contributions to knowledge production

Abstract

This essay aims to support those involved in the development of extension activities and/or conducting research on extension by providing conceptual and theoretical-methodological elements from the historical and dialectical materialist perspective. This is in response to the growing interest in research focusing on extension, many of which evoke the dialectical approach as a method. Although references to the use of dialectics in scientific research are increasingly prevalent, there are notable simplifications in its understanding and application. This underscores the ongoing need for researchers to be well-versed in the theoretical and methodological aspects of scientific practice, aiming for methodical, rigorous, cohesive, and coherent development. Thus, we initially outline some introductory considerations about the genesis and development of the historical-dialectic materialist conception in Marxian thought. Next, we focus on issues related to the method, highlighting principles, concepts and categories central to its understanding and application. Finally, we provide a brief overview of the main points addressed in this article. Therefore, we hope to contribute to the critical-reflexive deepening of extension as a field characterized by divergences, conflicts and political-ideological disputes. We also aim to highlight extension as social work that contributes to the formation of individuals, the construction of knowledge, and the establishment of social and

* Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorando em Educação (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR/UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3477-638X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8967172369010258>. E-mail: rsdahc@hotmail.com.

institutional relationships and practices. This, within their limits and potentialities, may either maintain the status quo or be directed towards influencing the emancipatory construction of an alternative society.

Keywords: popular extension; scientific methodology; dialectical method.

El método dialéctico en la investigación de extensión popular: subsidios teórico-metodológicos para la producción de conocimiento

Resumen

Este ensayo tiene como objetivo brindar elementos conceptuales y teórico-metodológicos desde la perspectiva materialista histórico-dialéctica a quienes trabajan en el desarrollo de actividades extensionistas y/o realizan investigaciones sobre extensión, ya que paulatinamente hay un crecimiento en el interés por realizar investigaciones que tienen la extensión como tema de estudio, muchos de los cuales evocan el enfoque dialéctico. Si bien hoy en día la referencia al uso de la dialéctica en la realización de investigaciones científicas ha seguido siendo cada vez más significativa, existen ciertas simplificaciones en su comprensión y aplicación, lo que indica la necesidad de capacitación de los investigadores sobre los aspectos teórico-metodológicos de la práctica científica, desde el perspectiva de su desarrollo metódico, riguroso, cohesivo y coherente. Así, esbozamos inicialmente algunas consideraciones introductorias sobre la génesis y desarrollo de la concepción materialista histórico-dialéctica en el pensamiento marxista. A continuación, nos centramos en cuestiones sobre el método, destacando principios, conceptos y categorías considerados centrales para su comprensión y funcionamiento. Finalmente, nos dedicamos a esbozar algunas consideraciones generales sobre la realización de este artículo. Con ello, se espera contribuir a la profundización crítico-reflexiva de la extensión como campo permeado por divergencias, conflictos y disputas político-ideológicas, y como trabajo social que contribuye a la formación de sujetos, la construcción de conocimientos, el establecimiento de relaciones y prácticas sociales e institucionales que, dentro de sus límites y potencialidades, pueden estar encaminadas a mantener el status quo o incluso a influir en la construcción emancipadora de otra sociedad.

Palabras clave: extensión popular; metodología científica; método dialéctico.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, é impossível pensar a organização das atividades das instituições universitárias brasileiras sem levar em consideração o tripé ensino, pesquisa e extensão. Especialmente nas últimas décadas, a dimensão da extensão passou por um processo de evidenciação e reconhecimento institucional. Inclusive, foi instituída uma política nacional e um programa de fomento, não obstante as limitações e insuficiências concernentes a essa questão. No momento atual, sobretudo com o advento da proposta de “curricularização” da extensão universitária, torna-se necessário o aprofundamento reflexivo acerca das diferentes concepções e intencionalidades que lhe subjazem.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão qualifica-se como um princípio e eixo operacional vital, uma vez que ela, devido às suas características, permite à universidade aproximar-se da realidade social – em suas particularidades, problemáticas e dinâmicas –, mobilizando a produção de conhecimentos (pesquisa), que servem como subsídio ao trabalho pedagógico (ensino) e ao incremento da própria prática extensionista. Assim, a extensão revela-se como espaço privilegiado para a construção de conhecimento. Não à toa,

observa-se um aumento significativo dos estudos que têm a extensão como objeto de análise ou como cenário investigativo (Araújo, 2021).

Embora pareça haver certo consenso no entendimento de que a extensão se caracteriza como elemento de interação e articulação da instituição universitária com a sociedade, mobilizando o conhecimento científico e colaborando com o desenvolvimento social, é preciso compreendê-la desde uma perspectiva dialética, dado que ela não se trata de um campo uniforme e harmonioso, mas sim permeado por divergências, conflitos e disputas. A extensão ainda é hegemonicamente confundida com a abordagem tradicionalmente conhecida de prestação de serviços que, de acordo com as características assumidas, pode ser demarcada por um viés **assistencialista** ou de relação meramente **mercantilista**. Todavia, é oportuno frisar que há outras possibilidades que orientam o fazer da extensão desde um enfoque crítico e dialógico, fundadas em uma intencionalidade emancipatória e tendo o referencial teórico-metodológico da concepção da **educação popular** como fundamento de suas práticas, aglutinando-se e reconhecendo-se junto ao conceito de **extensão popular** (Araújo, 2022; Araújo; Cruz, 2022).

A abordagem **assistencialista** é baseada na lógica da oferta pontual de ações direcionadas a determinados grupos socioeconomicamente vulneráveis, de forma distanciada, descontinuada e descontextualizada da realidade local, sem promover a problematização acerca dos processos estruturais que implicam na desigualdade e exclusão social. Já a concepção **mercantilista** de extensão é aquela que se sujeita à lógica empresarial e organiza suas ações de acordo com as exigências do mercado, seja na produção de conhecimentos científicos-tecnológicos e/ou na venda de produtos e oferta de serviços, guiando-se por uma perspectiva de “atender a quem paga mais”, ou na formação de profissionais “capacitados” e “competitivos” (Araújo, 2022; Araújo; Cruz, 2022).

Por **extensão popular**, estamos nos referindo à concepção da ação extensionista como um **trabalho social útil**, que se desenvolve como parte e por entre um processo de educação popular, tendo os seus fundamentos na orientação e articulação da extensão, da pesquisa e do ensino, a partir de um sentido emancipatório e da promoção de uma cidadania crítica. Por essa razão, a extensão popular não pode ser concebida como uma releitura “identidade”, mas como tendência contra-hegemônica e vertente crítica diante da ideologia que

embasa os modelos e concepções preponderantes de extensão (Araújo, 2022; Araújo; Cruz, 2022).

Na acepção de Araújo e Cruz (2022) e Melo Neto (2015a), quando as experiências extensionistas se fundamentam pelo referencial teórico-metodológico da educação popular, é possível observar a expressão de elementos singulares que as discernem das perspectivas tradicionais e hegemônicas de extensão. Notadamente, isso ocorre uma vez que tais experiências exprimem um diligente empenho em manter a configuração de iniciativas realizadas a partir do estabelecimento permanente de trabalhos sociais e de imersão crítica na realidade, demonstrando um caráter explicitamente político, em virtude de sua intencionalidade em promover a formação de profissionais que possuam perfil diferenciado e que sejam engajados/as socialmente. Ponto de vista partilhado por Vasconcelos (2015), que, para além disso, sublinha que as ações de extensão popular, cada vez mais, se qualificam como *locus* de experimentação metodológica e de incremento dos processos formativos. Isso tem viabilizado a composição de um acervo de saberes e de experiências dotados de capacidade para anunciar a reelaboração das práticas e a reconfiguração de novos rumos na ação científica e social da universidade.

Por esse ângulo, Cruz e Botelho (2017) ponderam que é imprescindível que os/as extensionistas – e todos/as aqueles/as que conservam interesse na temática – gradativamente reconheçam o campo da investigação científica como arena estratégica de atuação e espaço a ser disputado. Assim, conseqüentemente, o desenvolvimento de pesquisas será oportunizado, as quais provocarão reflexões críticas e permitirão a construção de conhecimentos a partir das respectivas experiências extensionistas, de modo a mobilizar e alimentar análises sobre a extensão popular, principalmente no que tange à sua função no contexto universitário e ao seu papel social. Nesse tocante, Melo Neto (2015a) pontua que muitas iniciativas acadêmicas de extensão popular têm se evidenciado como ambiente profícuo à produção de conhecimentos e à realização de investigações científicas, colaborando sobremaneira para a apreensão crítico-reflexiva da realidade e para a reorganização e reorientação de tais iniciativas.

Segundo Melo Neto (2015b), o fundamento epistemológico próprio da educação popular nutre-se da abordagem crítica. Devido a isso, o processo de produção de conhecimento na perspectiva da educação popular – o que inclui, obviamente, a extensão popular – conflui coerentemente com o método dialético. Outrossim, conforme Silva e Melo Neto (2015), o uso

do enfoque dialético nas experiências investigativas em extensão popular permitiria, precisamente, a apreensão do movimento inerente ao objeto em questão, uma vez que

Seu nível metodológico passa pela síntese de múltiplas relações que constituem um fenômeno, recupera sua história e desenvolve um forte esforço de recuperação de sua totalidade, traduzida pela recomposição e pelo desenvolvimento histórico do fenômeno. O nível teórico movimenta-se por uma razão eminentemente crítica, que vai ao encontro de conflitos e contradições, bem como as determinações ou aquilo que se decide como fundante para definir o algo em estudo (Melo Neto, 2015b, p. 144).

A esse respeito, em um estudo epistemológico (pesquisa sobre a pesquisa) realizado por Araújo (2021), foi verificado que parte significativa das investigações sobre extensão popular desenvolvidas em um Programa de Pós-Graduação em Educação de uma universidade pública, no período de 20 anos, eram caracterizadas como de abordagem “dialética”. Embora seja notório que, na atualidade, a referência ao uso do método dialético tenha se mantido cada vez mais expressivo, é preciso apontar que ainda se observam certas simplificações de seu entendimento e de sua aplicação, o que revela a preponderância de um “domínio relativo” (Frigotto, 2000) em certos casos e, em outros, a materialização de abordagens caricatas, sem densidade reflexiva e profusão teórico-metodológica, carecendo, muitas vezes, de ancoragem epistemológica na realidade empírica (Leite, 2023). Ponderações que explicitam que é preciso que nos qualifiquemos continuamente sobre os aspectos teórico-metodológicos da prática científica, na perspectiva de sua metódica, rigorosa, coesa e coerente aplicação.

De acordo com Sanchez-Gamboa (2012), na construção de conhecimento científico, faz-se necessário um alinhamento congruente entre as dimensões epistemológica e metodológica, de forma que as teorias, os procedimentos, os métodos e as técnicas empregadas no processo de produção de conhecimento precisam resguardar coerência entre si, uma vez que estas não são questões secundárias e não podem ser pensadas de forma isolada, sem se levar em consideração o todo da pesquisa. O que quer dizer que é fundamental que exista um claro e coerente alinhamento teórico, metodológico e conceitual entre: epistemologia → teorias → tipo de pesquisa → método → técnicas.

À vista disso, cabe destacar que é um tanto usual haver confusões na compreensão e distinção entre o que são “métodos” e “técnicas”, especialmente em se tratando da **dialética** (Leite, 2023). Portanto, qual seria a diferença entre “método” e “técnica”? Pode-se dizer que a “técnica” está relacionada com a maneira de “fazer” – sequência de ações e/ou etapas específicas que levam a determinado resultado/produto. Ou seja, é um conjunto de ações sistemáticas e rigorosas. Já o “método” está relacionado com o “pensar”, “planejar” e “organizar” – parte de uma meta e planeja as etapas e ações a serem executadas (técnicas) para a realização da meta. Isto é, em suma, o “método” tem a ver com o pensar as melhores “técnicas” para atingir determinados objetivos.

No entanto, tratar sobre o método desenvolvido por Marx é uma tarefa difícil, uma vez que o próprio Marx não chegou a definir e esboçar de maneira pormenorizada a concepção de seu método. Por isso, há vários materiais que visam dar conta de esquadrihá-lo e caracterizá-lo, especialmente em razão das discussões filosóficas e epistemológicas que incidem no debate científico contemporâneo, em que é possível observar o uso de diferentes denominações para se referir ao método desenvolvido por Marx – a exemplo de materialismo dialético, materialismo histórico, dialética marxista, filosofia da práxis, dentre outras tantas. Contudo, para efeito deste manuscrito, referimo-nos ao seu método como **materialismo histórico-dialético**.

Importante ressaltar que a elaboração do presente texto teve como intuito subsidiar aqueles/as que atuam no desenvolvimento de atividades extensionistas e/ou que realizam investigações sobre experiências de extensão. O intuito é de que eles/as se apropriem devidamente dos elementos conceituais e teórico-metodológicos da perspectiva materialista histórico-dialética para a interpretação da realidade e para a construção dos conhecimentos necessários à qualificação das próprias práticas e à transformação da realidade social, alinhando-se com um horizonte emancipatório.

Ante o exposto, assinala-se que o presente manuscrito será desenvolvido a partir de dois tópicos. No primeiro, delinearemos algumas considerações introdutórias sobre a gênese e o desenvolvimento da concepção materialista histórico-dialética no pensamento marxiano. Em um segundo momento, debruçaremos-nos mais especificamente sobre algumas peculiaridades acerca do referido método, evidenciando alguns princípios, conceitos e categorias

considerados como centrais à sua compreensão e aplicação. Por último, dedicaremos-nos a traçar algumas considerações sinópticas acerca da consecução do presente artigo.

Materialismo histórico-dialético: considerações preliminares

Historicamente, a concepção **dialética** tem apresentado diferentes utilizações e distinções conceituais. Assim, desde a Grécia Antiga, pensadores como Heráclito de Éfeso, Zenão de Eléia, Sócrates e, depois, Platão, passando posteriormente por intelectuais como Immanuel Kant e Georg Friedrich Hegel, até chegar em Karl Marx, fizeram uso e referência à abordagem dialética, de modo que, a tal termo, foram se incorporando certas peculiaridades (Gadotti, 2003; Melo Neto, 2002).

Ao longo desse trajeto, a compreensão do conceito de **dialética** passou por um processo de desenvolvimento qualitativo e aprimoramento teórico-metodológico significativo, sobretudo a partir das contribuições do pensamento hegeliano e posteriormente do marxiano (Gadotti, 2003; Melo Neto, 2002). Para efeito, a fim de facilitar-se o processo de leitura e entendimento do processo de desenvolvimento e amadurecimento desta perspectiva metodológica desde a abordagem de Marx, é fundamental que se tracem algumas considerações acerca da concepção **materialista** de seu pensamento.

Em síntese, pode-se assinalar que, em uma parte da história do pensamento humano, se observa a estruturação e a contraposição de duas vertentes epistemológicas que apresentam suas próprias particularidades para a compreensão do mundo e das coisas, quais sejam as concepções **idealista** (metafísica) e **materialista**. O embate entre essas duas perspectivas ganhou maior centralidade em seu antagonismo a partir do posicionamento crítico de Karl Marx em relação ao pensamento idealista alemão – predominante em sua época (Gadotti, 2003; Melo Neto, 2002). Tal corrente tem na figura de Georg Wilhelm Friedrich Hegel a sua máxima expressão, como pontuado pelos próprios Karl Marx e Friedrich Engels em diferentes oportunidades, mas, especialmente, em suas obras “Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel” (Marx, 2010a), “Manuscritos econômico-filosóficos” (Marx, 2010b) e “A ideologia alemã” (Marx; Engels, 2009).

Para Hegel, a **ideia** antecedia a existência da **realidade**, e o conhecimento seria a consciência da totalidade das coisas – ou seja, o conhecimento como a compreensão de que

tudo que existe objetivamente no mundo seria uma expressão da consciência do sujeito. Em sua acepção, tal compreensão dar-se-ia a partir do confronto da consciência com as suas múltiplas manifestações de ordem objetiva, caminhando rumo à superação dessa multiplicidade, em busca de constituir a unidade da totalidade (Melo Neto, 2002).

Como exposto por Melo Neto (2002), o que Hegel visava era desfazer a separação entre **sujeito** e **objeto**, tão persistente no pensamento moderno. Contudo, ao absolutizar o sujeito –que, em sua consciência, se reconhece como totalidade –, Hegel evidencia a precedência do **sujeito** em relação ao **objeto**. Na vertente epistemológica do **materialismo**, incorre-se na concepção de que as ideias e a consciência não existem *a priori* da realidade. O conhecimento é construído a partir da experiência e da (inter)ação do ser humano com e no mundo. Embora a figura de Ludwig Andreas Feuerbach mereça ser destacada como promissora dessa abordagem, é Karl Marx quem se sobressai como o seu mais proeminente representante, sendo ele o criador de um método particular, denominado de **materialismo histórico-dialético**.

Em virtude disso e da influência do materialismo de Ludwig Feuerbach, Marx (2010a; 2010b) explicita, em sua crítica à filosofia hegeliana, a negação de que o mundo real fosse resultante do pensamento – como postulado pelo método hegeliano, que se movia, exclusivamente, a partir do campo das ideias (Gadotti, 2003; Melo Neto, 2002). Ao contrário de Hegel, Marx concebia que o mundo concreto e a realidade objetiva precediam à consciência humana. Para ele, as ideias eram reflexos da realidade objetiva (representações do mundo real), a qual independia do pensamento humano. Por esse ângulo, a realidade subjaz à percepção do mundo, de modo que o real é quem alimenta a consciência, e não o contrário. Para Hegel, adversamente, o pensamento era quem criava o real, sendo a realidade mera manifestação externa da consciência (Marx, 2008; 2010b; Marx; Engels, 2009; Melo Neto, 2002; Netto, 2011).

Em sequência, sua crítica da filosofia é direcionada para a crítica da economia política, momento em que Marx (2008; 2010b) demonstra bastante domínio sobre as categorias hegelianas, incluindo o seu trato com a concepção dialética. Por conseguinte, trabalhando juntamente com Engels, Marx inicia um processo fecundo de elaboração crítica das produções filosóficas de variados intelectuais (Marx; Engels, 2003; 2009). Conquanto, Marx reconhece a relevância do método dialético de Hegel e pensa em como melhor adequá-lo para a apreensão do real (Frederico, 2010; Melo Neto, 2002).

Assim, a partir de sua crítica à concepção materialista contemplativa de Feuerbach, que não levava em consideração a importância da **prática social** (Marx; Engels, 2009), Marx propõe a inversão da dialética hegeliana, adequando-a à ideia de um conteúdo material inicial, manifestando-se, assim, a gênese das implicações da concepção materialista e dialética marxista (Frederico, 2010; Melo Neto, 2002; Netto, 2011). Percepção que toma melhor forma com o passar do tempo e que pode ser explicitada neste trecho de “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, em que o próprio Marx (2011) indica que “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (p. 25).

Tal movimento pode ser também percebido na exposição feita pelo próprio Marx (2008) no célebre “prefácio” da sua obra, que foi publicada com o título de “Contribuição à Crítica da Economia Política”, em que assinala que

[...] O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx, 2008, p. 47).

Sobre isso, cabe evidenciar o pontuado pelos próprios Marx e Engels (2008) em sua obra “Manifesto do Partido Comunista”, ao destacarem que, “com a mudança das condições de vida das pessoas, das suas relações sociais, de sua existência social, também se modificam suas representações, concepções e conceitos, em suma, também sua consciência” (p. 41). Outrossim, eles delinham que “a produção intelectual se transforma com a produção material” (p. 41-42).

Opondo-se à visão de Feuerbach, que tinha a realidade como um reles objeto a ser manuseado pelos seres humanos (Marx; Engels, 2009), Marx (2008) entendia que havia uma relação dialética entre **sujeito** (seres humanos) e **objeto** (realidade objetiva). Por esse ponto de

vista, as formas de produção e reprodução material da vida e as relações sociais delas resultantes são quem condicionam a consciência, a percepção do mundo e a maneira de conceber a vida e agir sobre ela. São as condições materiais de existência que possibilitam ao ser humano constituir-se como sujeito histórico e social, condicionado pela realidade, mas que também a modifica por meio do trabalho, de sua **atividade humana sensível**, o que se dá a partir da **prática refletida**, como **práxis** (Marx; Engels, 2009).

Além disso, um elemento central e diferencial do método de Marx devia-se pela necessidade radical que se tinha de compreender os mecanismos de dominação e exploração, com a perspectiva de se criarem estratégias de ação e condições para superar essa situação à que a classe proletária se encontrava submetida, no contexto do sistema de produção capitalista (Marx; Engels, 2009). O que passava, nesse caso, pela incumbência de buscar descortinar e tornar evidente as contradições e a influência da ideologia.

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder **material** dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder **espiritual** dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal [*ideell*] das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias de seu domínio (Marx; Engels, 2009, p. 67, grifos dos autores).

Sinopticamente, o que Marx e Engels (2009) estavam querendo assinalar era que, dentro das sociedades modernas capitalistas, os conhecimentos hegemonicamente aceitos estão alinhados com os interesses dos grupos sociais dominantes. Por esse motivo, o esforço de Marx (2008) não estava apenas dedicado à estruturação de um mero método, na medida em que o que ele almejava não se tratava e não poderia ser a produção de qualquer tipo de conhecimento, mas de um saber dotado da capacidade de servir a uma determinada classe social.

Por conseguinte, como especificado por Tonet (2009, p. 10),

Pela primeira vez na história da humanidade, não só a classe dominante, mas também a dominada abrem uma perspectiva para toda a humanidade. Esta classe dominada, por sua vez, é também a primeira classe social que exige, por sua própria natureza, a superação radical da exploração do homem pelo

homem. Mas, para isso, ela precisa de um tipo de saber, de um conhecimento da realidade social, de uma concepção de mundo radicalmente diferente daquela que orientava a construção da sociedade burguesa. Esse novo tipo de saber era absolutamente necessário para que ela pudesse orientar a sua luta pela construção dessa nova forma de sociabilidade. [...] a elaboração desse novo tipo de saber implicava a crítica do modo dominante de pensar e a elaboração de novos e diferentes fundamentos para a compreensão da realidade social.

Sobre isso, Frigotto (2000) assinala que, para a dialética marxista, é essencial que não se busque o conhecimento despretensiosamente – o conhecimento pelo conhecimento –, e que não se faça a crítica pela crítica tão somente. Como ato dialético, engendra-se a crítica e forja-se o conhecimento crítico, para que se possa qualificar a prática social e para que esta possa contribuir com o processo de transformação da realidade no âmbito histórico-social, e não só no plano do conhecimento. Pois, como aludiu o próprio Marx (2010a, p. 44), “a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material”.

Por essa razão, a dialética marxista concebe que a construção do conhecimento histórico-crítico deve se dar na e pela práxis – compreendida como união indissociável entre reflexão e ação, em que a teoria se desenvolve em função de melhorar a ação sobre a realidade, com o intuito de transformá-la (Frigotto, 2000). Como expresso por Karl Marx, na sua reputada décima primeira tese – em que tece críticas ao materialismo contemplativo de Feuerbach –, a questão fundamental é a de que: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo” (Marx; Engels, 2009, p. 126).

Materialismo histórico-dialético: ponderações acerca do método e dos seus pressupostos

Netto (2011) observa que, frequentemente, há certas confusões em torno das considerações de Marx acerca de seu método. Para o autor, os/as próprios/as seguidores/as de Marx incidiram em equívocos, como o de reduzir o método de Marx a um manual com um conjunto de regras – por alguns/algumas, conhecidas como “leis da dialética” – aplicáveis de maneira alheia à realidade e à sua concretude, sem levar em conta os aspectos sociais, culturais, políticos etc. Como se a execução de determinados passos e o cumprimento de um conjunto de etapas pudessem garantir a primazia e a verossimilidade do conhecimento produzido.

Ainda segundo Netto (2011), constata-se a ocorrência de distorções acerca das proposições de Marx – não se sabe se por desonestidade intelectual ou por uma interpretação equivocada –, restringindo seu método à noção de que, por meio de uma análise de caráter exclusivamente econômico, seria possível explicar os aspectos culturais, religiosos, políticos, dentre outros. Ademais, algumas pessoas realmente chegaram a conceber Marx como um intelectual “fatorialista”, com uma abordagem monocausalista da realidade, como se, a partir da análise da história e da sociedade, ele houvesse postulado que o fator econômico se sobressairia como fator determinante e unilateral das condições sociais, políticas, culturais e ambientais, implicando, assim, uma concepção reducionista, que não se atém à observação da totalidade.

Como descreveu Fernandes (2008), para Marx, há um movimento dialético intrínseco a todas as coisas, que exprime seu desenvolvimento social de acordo com o seu tempo. De tal modo, o fator econômico apresenta-se de uma determinada forma “típica”, justamente em razão de sua natureza social, de maneira que, como bem pontuou Fernandes (2008, p. 38), “o seu caráter histórico depende diretamente da totalidade das ligações que o articula à estrutura e à cultura de um povo em uma fase determinada de seu desenvolvimento no tempo”. Inclusive, sobre essa questão, vale reportar os comentários de Engels (2008), ao assinalar que

[...] todas as relações sociais e estatais, todos os sistemas religiosos e jurídicos, todas as ideias teóricas que brotam na história somente podem ser compreendidas quando forem compreendidas as condições materiais de vida da época em questão e quando se conseguir explicar tudo aquilo por essas condições materiais (Engels, 2008, p. 276).

A esse respeito, o próprio Marx já comentava que cada período histórico dispõe de seu próprio conjunto de leis, que tem sua validade circunscrita aos seus respectivos limites históricos. Em vista disso, Marx concebia em sua teoria social a inexistência de leis que fossem definitivas e imutáveis. Para ele, havia tendências históricas que poderiam divergir e, inclusive, serem contestadas por tendências diferentes (Frederico, 2010; Netto, 2011). Consoante a isso, Netto (2011) indica que

[...] para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe

conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação (Netto, 2011, p. 52).

Para Frigotto (2000), a proposta dialética de influência marxista busca a compreensão da essência (apreensão radical) da realidade e, conforme o próprio Marx (2010a, p. 44), “ser radical significa agarrar a questão pela raiz”. Por esse ângulo, Netto (2011) aponta que, a partir da teoria marxista, o objetivo do/a investigador/a seria o de buscar enxergar além do aspecto fenomênico, exterior e empírico do objeto – levando em consideração que essa expressão da realidade não deve ser descartada, pois a construção do conhecimento se inicia partindo do confronto com essa exterioridade. Porém, é crucial para o método dialético a perspectiva de buscar apreender a essência do objeto – a sua estrutura e dinâmica interna. Sobre isso, parafraseando Karl Marx, Kosík (2002) comenta que, “se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis” (p. 17).

Segundo Frigotto (2000, p. 75), “o desafio do pensamento – cujo campo próprio do mover-se é o plano abstrato, teórico – é trazer para o plano do conhecimento essa dialética do real”. Para Marx, “o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento produz a sua riqueza (concreção) real” (Netto, 2011, p. 45). Por isso, como referido por Frigotto (2000), o método dialético de investigação da realidade deve ter como base uma atitude crítica que vise superar a forma de pensar precedente; posicionando-se de modo crítico frente ao senso comum, procurando transpor a barreira ideológica. Na interpretação de Netto (2011), o proceder dialético deve se empenhar na conjugação de abordagens em uma perspectiva diacrônica (em seu caráter histórico) e sincrônica (em sua atualidade), desenvolvendo um tratamento crítico-analítico.

Pode-se delinear que a abordagem dialética se efetiva a partir da tríade: **tese**, **antítese** e **síntese** – fundamentando-se na perspectiva dialética de base hegeliana. Nesse sentido, com base nos estudos de Gadotti (1989; 2003) e Melo Neto (2002), tais etapas podem ser exemplificadas dos seguintes modos: a) Tese (afirmação de uma ideia) → Antítese (negação da tese ou afirmação de uma ideia que se relaciona em oposição à tese) → Síntese (negação da

antítese ou “negação da negação”¹, o que consiste na exclusão de determinados aspectos e na conservação de outros considerados essenciais); b) Tese (como a realidade é) → Antítese (aquilo que a realidade ainda não é) → Síntese (aquilo que a realidade pode vir a ser); c) Tese (fenômeno) → Antítese (análise crítica do fenômeno) → Síntese (fenômeno acrescido de informações/reflexões); d) Real (concreto) → Abstrato → Concreto (pensado).

Sobre esse movimento dialético do pensamento, que vai da **realidade concreta ao concreto pensado**, o próprio Marx (2008) expôs, a fim de ilustrar que

[...] O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Assim é que Hegel chegou à ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se absorve em si, procede de si, move-se por si; enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta. Porém, isso não é, de nenhum modo, o processo da gênese do próprio concreto (Marx, 2008, p. 260-261).

Diante do exposto, pode-se delinear que a abordagem materialista histórico-dialética apresenta como princípios gerais orientadores da investigação:

a) O entendimento do papel da **mediação**: parte-se da compreensão de que o saber organizado e sistematizado é resultado da **mediação** entre a **aparência** do fenômeno – sua representação **imediate**, o que está “dado” – e a sua verdadeira **essência** – a sua representação **mediata**, o que não está “dado” –, o que permite transitar da esfera das ideias subjetivas sobre o mundo objetivo para a constituição de um saber organizado e sistematizado sobre a realidade.

¹ Como assinalado por Melo Neto (2002), na abordagem dialética, a compreensão do conceito de “negação” indica que “nega-se conservando”. A esse respeito, Marx (2010b) exemplifica da seguinte forma: “[...] em Hegel, a negação da negação não é a confirmação da **verdadeira essência**, precisamente mediante a negação da **essência aparente**, mas a confirmação da **essência aparente** ou da **essência estranhada** de si em sua negação ou a negação dessa **essência aparente** enquanto uma **essência objetiva** [...]. Um papel peculiar desempenha, por isso, o suprassumir (*das Aufheben*), onde a negação e a conservação, a afirmação (*Bejahung*), estão ligadas. Assim, por exemplo, na filosofia do direito de Hegel, o direito privado suprassumido = moral, a moral suprassumida = família, a família suprassumida = sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*), a sociedade civil suprassumida = Estado, o Estado suprassumido = história mundial. Na realidade (*Wirklichkeit*), continuam subsistindo direito privado, moral, família, sociedade civil, Estado etc.; apenas se tornaram **momentos**, existências e modos de existência (*Daseinsweisen*) do homem, que **não têm validade isolados**, se dissolvem e se engendram reciprocamente etc., **momentos do movimento**. Na sua existência efetiva, esta sua essência móvel está **oculta**. Manifesta-se, revela-se, em primeiro lugar, no pensar, na filosofia [...]” (Marx, 2010b, p. 130, grifos nossos).

Isso não significa que a representação exterior/fenomênica do objeto não possua sua importância, pois é a partir dela que ocorre a mediação necessária para chegar ao que, até o momento, é desconhecido, a sua essência concreta (Gadotti, 1989; 2003);

b) A necessidade de buscar compreender a **totalidade**: partindo do pressuposto de que **tudo se relaciona** – os fenômenos interagem e se relacionam entre si e com o todo, por meio de uma **ação recíproca** –, conformando uma **totalidade** concreta, de modo que, para compreender uma determinada realidade, é imprescindível não se ater exclusivamente ao fenômeno de forma isolada (em sua individualidade), mas em sua totalidade – até porque, ao estarem articulados, os elementos acabam adquirindo características que antes não possuíam – quando desarticulados do todo. Sobre isso, é importante ter em conta que a soma das partes também não expressa adequadamente a riqueza do conjunto (totalidade). Portanto, somente a partir de uma visão do geral é que se consegue a compreensão da devida importância de cada elemento na composição do todo, na medida em que a realidade é constituída por um conjunto de relações (Gadotti, 1989; 2003; Kosík, 2002; Melo Neto, 2002);

c) A presença de **contradições**: entende-se que a transformação do mundo decorre da justaposição e da coexistência de forças opostas no interior de um determinado objeto/fenômeno – conformando um embate entre os contrários –, de modo que um não subsiste sem o outro – o que indica a existência simultânea de **unidade** e **oposição**. Assim, configura-se o que tem sido delineado como **unidade** e **luta dos contrários**. Por isso, pela ótica da dialética, a **contradição** não deve ser considerada como mera oposição, mas deve ser concebida como aspecto primordial de sua abordagem, sendo um princípio básico que aciona e garante o constante movimento de superação de determinada situação (Gadotti, 2003; Melo Neto, 2002);

d) A percepção da existência de um **movimento** intrínseco a todos os fenômenos: compreendendo que **tudo se transforma**, portanto, a realidade e todas as coisas estão em um contínuo processo de mudança. Por esse ângulo, é preciso ater-se à historicidade dos fenômenos em análise e aos sinais que indicam o sentido/direção do seu movimento de transformação. Por isso, compreende-se que a realidade social pode **vir a ser** o que ainda não o é. De tal modo, a realidade é considerada como inacabada, e o fenômeno em observação/análise é o resultado de um conjunto de conhecimentos e ações que, só por meio de seu desenvolvimento ao longo da história, foi capaz de criar as condições necessárias que

tornam possível a existência do fenômeno que está sendo estudado (Gadotti, 2003; Melo Neto, 2002).

Em tal sentido, pode-se destacar que o método materialista histórico-dialético orienta o/a pesquisador/a a trabalhar com especial atenção para as características que explicitam as **contradições** e os **conflitos**, buscando compreender o fenômeno em seu **dever**, em seu **movimento histórico**, em sua **totalidade**; inclusive, na **unidade** que os **contrários** conformam, ultrapassando a **aparência** – sua face exterior, ilusória – e buscando apreender a sua **essência** – captando as determinações imbrincadas ao fenômeno –, que lhe constituem como unidade do diverso, como síntese de múltiplas determinações que são socio-historicamente situadas. Na abordagem de Marx (2008), os fenômenos sociais são observados a partir de uma dupla perspectiva, quais sejam o resultado (produto) e a razão (motivo) da ação humana. Por isso, desde uma perspectiva dialética, o/a investigador/a deve se empenhar para estar em constante diálogo com o real, entendendo-o como algo dinâmico, histórico e contraditório – isto é, em uma perspectiva ontológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível observar, ao longo do seu desenvolvimento teórico-prático e conceitual, a extensão universitária tem sido efetuada a partir de diferentes abordagens teórico-metodológicas e com horizontes ético-políticos distintos – em alguns casos, até mesmo antagônicos. Dessa forma, desenrolaram-se e fortaleceram-se compreensões da extensão em uma perspectiva **assistencialista**, a qual busca “amenizar” certas expressões da questão social, sem, no entanto, combatê-las em suas raízes nem muito menos desenvolvendo iniciativas que visem apoiar os sujeitos e grupos das camadas populares. Iniciativas essas voltadas para o enfrentamento sistemático e para a superação de problemáticas sociais, comprometendo-se com a edificação de uma sociedade fundamentada por um horizonte de justiça social.

Além disso, verifica-se o desenvolvimento e a consolidação de uma concepção do trabalho extensionista que pode ser identificada como de caráter **mercantilista**, a qual se desenvolve buscando uma maior aproximação e interação das instituições de ensino superior com o setor privado. Tal concepção apresenta uma enfoque proeminente no desenvolvimento de produtos e ofertas de serviços que gerem benefícios financeiros para os entes envolvidos;

preocupa-se também com a formação e qualificação de recursos humanos que possam ser utilizados para o aprofundamento do modo de produção social capitalista (em sua face/fase ultraliberal) e para a intensificação da exploração do trabalho, com vistas à maximização dos lucros. Assim, a universidade atem-se unicamente ao atendimento dos interesses daqueles grupos e setores sociais que podem “pagar” pelos seus serviços, mantendo-se distante das reivindicações da grande maioria da população e alheia à questão social.

Destarte, fica bem nítido que, a partir dessas duas perspectivas de ação extensionista, busca-se a manutenção permanente do *status quo*, deixando intangíveis as estruturas sociais forjadas em cima da subalternização, dominação, opressão e exploração de diferentes sujeitos e grupos socioculturais, especialmente daqueles que mais sofreram e ainda sofrem as consequências do sistema capitalista, em razão de marcadores sociais como raça, gênero, classe, dentre outros. Com isso, queremos assinalar que toda ação extensionista reflete ou oculta uma dimensão política, de modo que, por trás da carapuça de uma dita “neutralidade”, muitas vezes, repousa uma ideologia que visa mascarar a realidade, encobrendo certas dimensões que inviabilizam as possibilidades de superação da situação atual.

Como não existe conhecimento neutro, é imprescindível salientar que não existe conhecimento que seja socialmente útil a “todas” as classes e grupos sociais, sobretudo ao considerar que a sociedade é composta por diferentes classes, com realidades sociais distintas e interesses, muitas vezes, antagônicos, que são marcadas por condições de enormes desigualdades. Portanto, é preciso reconhecer a possibilidade do uso social e político-ideológico no qual a ciência, a educação e a dimensão da extensão podem estar envolvidas. Afinal, não existe condição de a educação – o que igualmente inclui a extensão – estar acima das dimensões social, política e econômica que estruturam e determinam a forma de organização da sociedade e a sua consequente sociabilidade.

Por esse motivo, mesmo quando o trabalho extensionista incidir sobre um “pequeno” problema/elemento da vida social, deve-se ter em vista que tal elemento também interage com outros aspectos da estrutura, a qual pode provocar algumas – mesmo que pequenas – alterações no cotidiano, pois a vida e a realidade são dinâmicas, e os fenômenos sociais observados e enfrentados cotidianamente nas práticas de extensão estão vinculados com eventos e mudanças – muitas vezes – globais que impactam a sociedade. Isto significa que

o cotidiano está envolto e, por isso, faz parte de um processo que é muito mais amplo e, em muitas situações, mundial. Questão que denota que tudo se relaciona e que, em razão disso, se faz necessário compreender os fenômenos sociais em sua interação e articulação com a totalidade.

Ademais, constata-se a partir do presente manuscrito que a extensão se distingue enquanto dimensão da vida universitária ao oportunizar à instituição universitária aproximar-se e interagir com a sociedade – ao mobilizar a produção de conhecimentos que podem subsidiar o trabalho pedagógico e incrementar a prática extensionista. Assim, evidencia-se a extensão como espaço privilegiado de construção de conhecimentos. Em virtude disso, paulatinamente, observa-se o crescimento do interesse na realização de investigações que possuem a extensão como temática de estudo, muitas dessas evocando o enfoque dialético enquanto método. Não obstante a referência ao uso da dialética em pesquisas científicas se mantenha expressivo na atualidade, evidenciam-se fragilidades no seu devido entendimento e em sua aplicação. Consequentemente, impõe-se a necessária qualificação dos/as pesquisadores/as sobre os aspectos teórico-metodológicos do uso do enfoque materialista histórico-dialético na prática científica. Ressalta-se, por conseguinte, que o referido método permite a “apreensão” da realidade em **movimento**, discernindo a **aparência** da **essência**, e compreendendo os fenômenos sociais em sua **totalidade**, inclusive concebendo a **contradição** não como um mero aspecto negativo da realidade, mas como **unidade** e **oposição** simultânea, até porque nada permanece para sempre como está, pois **tudo se transforma**.

Nesse sentido, podemos dizer que a dialética enquanto método fundamenta uma busca em pensar dialeticamente – vide a diferenciação entre “lógica formal” e “lógica dialética” delineada por Pinto (1979). A esse respeito, pode-se depreender que o método, na obra de Karl Marx, é um modo de pensar – *methodos*: caminho por meio do qual... –, que parte da necessidade radical – ir à raiz da questão – de apreensão da realidade via abstração – realidade concreta → abstração → concreto pensado –, que só poderia ser atingida a partir da compreensão crítica da economia política e das implicações das bases históricas e materiais concretas de produção e reprodução da vida e que repercutem nas dimensões sociais, políticas, ambientais e culturais.

Por fim, espera-se que, com o presente texto, seja possível aos/às extensionistas e investigadores/as compreender e abordar o fenômeno da extensão a partir da concepção

materialista histórico-dialética, reconhecendo a não neutralidade da atividade extensionista e procurando evidenciar a sua dimensão política. Como trabalho social, a extensão contribui para a formação de sujeitos, a construção de conhecimentos, a constituição de sociabilidades e o estabelecimento de relações e práticas sociais e institucionais, que, dentro dos seus limites e potencialidades, podem tanto manter o *status quo* quanto influenciar a construção de uma outra sociedade. Em outras palavras, a extensão – concebida pela abordagem marxiana como uma prática social com implicações materiais e uma historicidade que revela diferentes compreensões e práticas – é perpassada por intencionalidades de caráter político-ideológicos e marcada por contradições, que precisam ser superadas para se transformar a realidade e alcançar a emancipação social e humana.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Renan Soares de. **Extensão popular e produção de conhecimento: o caso do PPGE/UFPB**. 2021. 332 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

ARAÚJO, Renan Soares de. Diferentes expressões da prática extensionista orientada pelo referencial da concepção freiriana de educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, Edição Especial, p. 65-86, out. 2022. DOI: 10.14393/REP-2022-67196. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/67196/34924>. Acesso em: 12 jun. 2024.

ARAÚJO, Renan Soares de; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Reflexões epistemológicas sobre a extensão universitária: contribuições ao diálogo de saberes. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 28, e36816, 2022. DOI: 10.26512/lc28202236816. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36816>. Acesso em: 18 nov. 2023.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; BOTELHO, Bruno de Oliveira. Pesquisa em extensão popular: confrontação de saberes (uma leitura da educação popular). In: MELO NETO, José Francisco de; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. (Orgs.). **Extensão popular: educação e pesquisa**. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2017. p. 196-218.

ENGELS, Friedrich. Comentários sobre a Contribuição à crítica da economia política, de Karl Marx. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-285.

FERNANDES, Florestan. Introdução. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 19-44.

- FREDERICO, Celso. Nas trilhas da emancipação. *In*: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel**: introdução. Tradução de Lúcia Ehlers. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 7-27.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, Ivani. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 69-90.
- GADOTTI, Moacir. **Marx**: transformar o mundo. São Paulo: FTD, 1989.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LEITE, Ivonaldo. Marx e o método: o enfoque histórico-dialético. **O comuneiro**, Porto, n. 36, mar. 2023. Disponível em: https://www.ocomuneiro.com/nr36_02_ivonaldoLeite.html. Acesso em: 18 nov. 2023.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel**: introdução. Tradução de Lúcia Ehlers. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélcio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família ou a crítica da Crítica crítica**: contra Bruno Bauer e consortes. Tradução de Marcelo Backes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MELO NETO, José Francisco de. Dialética: uma visão marxista. *In*: MELO NETO, José Francisco de. (Org.). **Dialética**. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 83-121.
- MELO NETO, José Francisco de. Extensão popular – a universidade em movimento. *In*: VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. (Orgs.). **Educação popular na formação universitária**: reflexões com base em uma experiência. 2. ed. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2015a. p. 406-414.
- MELO NETO, José Francisco de. **Educação popular**: enunciados teóricos. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2015b. 3 v.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANCHEZ-GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

SILVA, Severino Felipe; MELO NETO, José Francisco de. Saber popular e saber científico. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 24, n. 2, p. 137-154, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/25060>. Acesso em: 18 nov. 2023.

TONET, Ivo. Introdução. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 9-15.

VASCONCELOS, Eymard Mourão Apresentando – Educação popular na universidade. *In*: VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. (Orgs.). **Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2015. p. 15-24.

Recebido em: *Dezembro/2023*.

Aprovado em: *Março/2024*.